

A escola pública de São Paulo atende a seis milhões de estudantes. As condições físicas em que esse serviço público, devidamente pago pelo contribuinte, é prestado puderam ser avaliadas por quase todos os eleitores paulistas. Como a maioria das seções eleitorais fica em prédios da Rede Oficial de Ensino, o povo pôde conhecer bem as condições em que se dá a Educação pública neste Estado. De vidros quebrados, paredes que não vêem tinta há muito tempo, até as carências muito visíveis de equipamentos que fazem parte de uma escola — uma quadra esportiva em ordem por exemplo —, tudo estava exposto aos olhos dos eleitores. Sem dúvida uma irônica vingança, inerte e inquestionável, dos silenciosos prédios escolares que são o cenário preferido para as grandes promessas eleitorais. Em tempo: os dois candidatos que disputarão o segundo turno paulista já se apressaram em garantir que Educação é prioridade absoluta, chegando um deles a prometer uma “revolução” no setor.

O pior, no entanto, é aquilo que o eleitor não vê quando vai no dia da eleição ao prédio da escola pública. Um único dado basta para avaliar a decadência do ensino, afora a exemplificada no abandono físico dos prédios escolares. O ex-secre-

tário-adjunto da Educação Antônio de Souza Teixeira Júnior revelou em relatório oficial que 50 mil aulas simplesmente deixaram de ser ministradas em 1989 pelo bom motivo de que não havia professores! Nesse ano 1.800 jovens foram aprovados no segundo grau por decreto pelo mesmo motivo. O contribuinte que paga impostos conhece perfeitamente os motivos pelos quais não há professores: o salário. O eleitor que viu aquela escola também sabe que um educador público ganha hoje aproximadamente dois dólares-turismo por hora de aula! Uma hora de estacionamento no centro de São Paulo custa o dobro disso! O que deve valer mais: o espaço e os custos de parar um automóvel ou uma hora de trabalho de um professor da escola pública de São Paulo?

Como o salário do docente é só o efeito-demonstração mais visível desse desprezo oficial pela Educação, o resto das mazelas do setor fica escondido pela escandalosa realidade do salário baixo e dos vidros quebrados. Um sistema educacional que mereça esse nome exige recursos e uma política educacional definidos a partir de pressupostos pedagógicos sérios. Quanto a recursos, basta saber que em seu primeiro ano de mandato o governo Quéricia reduziu a fatia

orçamentária destinada à Educação. Quanto a uma política educacional definida basta conhecer aquilo que se chama de processo de reciclagem de professores. Ademais, como não há premissa pedagógica alguma, como só no último ano de administração — em julho último — a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas conseguiu concluir o que chamou de proposta de reforma curricular de primeiro e segundo grau, que só será iniciada em 1991, ou seja, quando o atual governo já tiver seu mandato encerrado, cada professor se isola na sala de aula, trabalha conforme os limites de sua formação. A própria administração das escolas não passa de um irritante preencher de papéis.

O resultado dessa ausência de política educacional o eleitor não vê nem viu. O professor profissionalmente mais bem preparado está desestimulado não só pelo salário, mas principalmente por essa absurda realidade pedagógica. Hoje, dados da pró-reitoria de graduação da USP indicam que menos de 5% dos educadores públicos de São Paulo são formados por aquela universidade. Pesquisa da Unesp prova que 6,7% dos professores da rede estadual de ensino se formaram em faculdades conceituadas pela pesquisa como de

“bom padrão educacional”. Outro dado merece atenção: em 1988, a última estatística disponível, apenas 222 em 210 mil professores da Rede Oficial faziam curso de pós-graduação, conforme estudo publicado pela Unicamp.

As conseqüências dessa realidade que não se vê os pais dos alunos acabam descobrindo: nas escolas não se ouve a palavra planejamento. Essa idéia fica para a “semana do planejamento” — mágica que se repete a cada início de ano letivo, produto de todo esse despreparo do educador e da ausência de política educacional. Essa semana é a época em que a Secretaria da Educação se lembra de “reciclar” o magistério e as editoras de livros didáticos distribuem entre os professores suas “doações”, devidamente acompanhadas de programas impressos, que os docentes se ocupam em copiar nos muitos papéis a preencher que a Secretaria envia nesse período.

É fato que mudar esse quadro de desespero é tarefa de toda a sociedade. Se esta fizer pressão e o pai de aluno não visitar a escola pública só no dia da eleição, esse quadro deverá mudar. Mesmo que o próximo governador também prefira não transferir do discurso para o orçamento todo o seu amor pela escola pública.